BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS – Abril-Maio-Junho de 2015 - ISSN 2175-9103 Nº67

Boletim Número 67
Data: Abril-Maio-Junho/2015

EDITORIAL

O Boletim nº 67 oferece ao público leitor, nas colunas Espaço Aberto, um balanço dos principais acontecimentos políticos ocorridos na América Latina no segunto trimestre de 2015. O primeiro artigo da referida coluna apresenta uma análise crítica sobre a opção de países da América Latina pelo desenvolvimento com base nos *commodities*. O segundo artigo versa sobre o Primeiro de Maio e a proposta de Lei 4330/2004, que regulamenta os contratos de terceirização no mercado de trabalho brasileiro. O terceiro artigo da referida coluna trata das relações entre os países da América Central e o México. O quarto artigo, também sobre o Brasil, descreve a violência com que os professores grevistas de Curitiba foram tratados pelo governo estadual. Por fim, o quinto artigo versa sobre as relações internacionais no atual contexto mundial.

Apresentamos também, nas colunas Espaço Aberto, dois artigos de participantes da equipe PROEALC, a saber: 1) “Adolescentes e sistema punitivo: um estudo sobre as armadilhas das medidas socieducativas”, por Fabiana Schmidt; e 2) “Manifestações de março e abril de 2015: a encruzilhada da democracia?!”, por Fabyane Soares.

.

Registramos, ainda, que neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Boa leitura,

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Dra. Andreia de Souza de Carvalho
Pesquisadora e técnico-administrativa do PROEALC/CCS/UERJ

Em Foco I

A América do Sul pode prosperar impulsionada por commodities?

Por: Priscila Azevedo Rocha

A história econômica da América do Sul tem sido caracterizada por ciclos de impulsos e aumentos de negócios impulsionados pela demanda internacional por *commodities*, tornando a região volátil e dependente da demanda internacional por esses produtos. Desde as altamente protecionistas políticas de industrialização por substituição de importações – destinadas a desenvolver a indústria durante os anos 1970 – à integração

ao mercado nas últimas décadas, os doze países da região estão lentamente tentando superar suas dependências diversificando seus modelos econômicos e abordando questões sociais, como o combate a desigualdade. Mas as economias destes países são fortes o bastante para evitar a recessão e consolidar modelos únicos que atinjam as necessidades de suas populações?

Segundo o Banco Mundial, o cenário atual não é muito brilhante, uma vez que não apenas a América do Sul, mas também a taxa de crescimento de toda a América Latina diminuiu nos últimos dois anos. Em janeiro último, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) regional caiu para um terço do registrado em 2013, representando 0,8% ao ano. Brasil, a maior economia da região, com uma população de 200,4 milhões de pessoas, sobreviveu a um declínio consistente do crescimento econômico desde o início do ano. A Reuters reporta que "a mediana das estimativas para o crescimento econômico para o Brasil [que é uma estimativa do ano anterior aos resultados oficiais de crescimento do PIB serem liberados]caiu para 0,13% de 0,38% na pesquisa da semana anterior e 0,55% no mês antecedente".

Nos países andinos – que são grandes exportadores de *commodities* – a situação também não é muito otimista. O Chile é responsável por produzir sozinho um terço do cobre do mundo, enquanto a Colômbia e o Peru são famosos por possuírem um setor industrial fraco tendo suas economias altamente focadas na exportação de *commodities*, que representa dois terços do total de suas exportações. Como consequência, "déficits em conta corrente [na soma dos dois países]devem atingir 5% do PIB neste ano", um nível visto pela última vez "na década de 1990, quando a região estava associada à crise da dívida".

Argentina e Venezuela podem receber mais atenção devido à turbulência política causada por governos altamente intervencionistas, frequentemente acusados de manipular números macroeconômicos, mas não são diferentes do resto da região quando se trata de *commodities*. As exportações de soja praticamente guiam a economia argentina, mas com a desaceleração da demanda global a dívida externa do país ainda é persistente e tornou-se um grande problema. Dados do Banco Mundial mostram que, durante o ano fiscal de 2014, as "contas registraram um déficit primário de 0,9% do PIB e um deficit total de 2,5% do PIB". Consequentemente, "os ganhos do setor público aumentaram 42,5% enquanto as despesas subiram 45%". Em termos gerais, isso significa que, em comparação com anos anteriores, o crescimento da Argentina deve ser próximo a zero.

Neste contexto, possuir grandes reservas de petróleo tem sido mais uma maldição do que uma bênção para a economia venezuelana, que enfrenta uma recessão. A queda recente dos preços do barril de petróleo para uma média de US$ 57 dólares (cerca de R$ 168) empurrou o país para a crise, já que o petróleo representa 96% das exportações da Venezuela. De acordo com o *Financial Times*, o cenário anterior coloca a Venezuela em um "espectro de preocupação", uma vez que os investidores temem que o país não honre suas dívidas.

Apesar da impressionante desaceleração nas taxas de crescimento da região, a América do Sul nunca esteve tão integrada e aberta ao mercado. Um exemplo disso é o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Composto por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, o bloco comercial garante uma união aduaneira completa aos seus membros, proporcionando uma redução das tarifas e barreiras comerciais intra-regionais. Em termos gerais, o bloco comercial é positivo para a América do Sul, pois assegura a livre concorrência entre os seus membros, o que leva a políticas macroeconômicas coordenadas, mesmo que seus regulamentos sejam plenamente implementados por todos os membros.

Apesar do aumento da integração e dos esforços internos para desencadear o crescimento econômico, a desaceleração na atividade econômica da América do Sul apenas prova que a região ainda não é forte o suficiente para resistir com maior eficiência a choques internacionais. A produção industrial pode ser significativa para países como o Brasil, mas que carece de consistência em Estados como Chile e Peru. Logo, as *commodities* ainda são a principal força por trás da economia local. Para se tornar mais competitiva globalmente, a América do Sul precisa fortemente desenvolver um ambiente econômico consistente e confiável, no qual as *commodities* não sejam percebidas como um problema, mas uma solução para aumentar as reservas em tempos de crise.

Isso só pode ser alcançado por meio da consolidação das instituições públicas e privadas que tenham sido historicamente questionadas por escândalos de corrupção envolvendo o governo, como é o caso da Petrobras no Brasil. Instituições mais fortes trazem credibilidade e o desenvolvimento de um ambiente favorável às empresas, o que gera crescimento econômico e de investimentos. Por exemplo, a América do Sul precisa investir em educação, a fim de obter uma transição de uma força de trabalho pouco qualificada para

uma altamente qualificada. Os países da região precisam investir em pesquisa e desenvolvimento e aumentar o seu nível tecnológico, para depois possuir indústrias inovadoras e especializadas capazes de competir em escala global.

Por enquanto, a América do Sul registra grandes déficits em conta corrente causados pela queda da demanda externa por *commodities* e altos níveis de inflação, que pode atingir 8% até ao final de 2015 no Brasil e 16,5% registrados na Argentina em março último. A tendência é haver um aumento nas taxas de juros e desvalorização das moedas dos países da região. Com taxas mais elevadas, os preços sobem e os empréstimos ficam mais caros. Logo, com menos dinheiro circulando a economia tem seu dinamismo reduzindo e as empresas diminuem suas atividades.

Neste sentido, há uma necessidade urgente de alterar a política econômica da região como um todo, visando ajustes fiscais e consequentes cortes nos gastos públicos. Isso pode ser atingido, por exemplo, estimulando a privatização de empresas e aumentando o investimento estrangeiro para evitar a repetição do ciclo histórico de dependência desencadeada pela demanda internacional.

- ***Priscila Azevedo Rocha*** é jornalista e historiadora econômica com mestrado pela London School of Economics. Journalist and economic historian with a master degree from the London School of Economics.

Link: http://www.alainet.org/pt/articulo/169313

Em Foco II

1º de maio: uma data nada festiva este ano

Por Jacques Távora Alfonsin

Datas comemorativas de acontecimentos históricos, dignos de serem relembrados, quase sempre são marcadas por dor, sofrimento e mortes heroicas. Se o natal foge a essa regra, até a páscoa é precedida de uma sexta-feira de cruz. Geralmente essas datas lembram gente sacrificada em defesa de direitos, na sua época considerados subversivos da ordem e da segurança, posteriormente reconhecidos como devidos e introduzidos em lei, provocando sentimentos de nojo da repressão sofrida no passado e pasmo diante do atraso em serem respeitados.

Assim como 20 de novembro marca o dia nacional da consciência negra, por ser o dia do assassinato de Zumbi, em 1695, no quilombo de Palmares, como 8 de março foi consagrado como dia internacional da mulher, para recordar a morte das mulheres que, ainda no século XIX reivindicavam melhores condições de trabalho e direito ao voto, em Nova York, como 17 de abril foi reconhecido como o dia internacional da luta camponesa, em memória do massacre de Eldorado do Carajás em 1996, 1º de maio não foge a essa “regra”.

A data lembra um protesto de trabalhadores, em Chicago, no ano de 1886. Um dia depois a polícia dispersou outro, matando um dos manifestantes. Em reação a um terceiro, no dia seguinte, reunindo multidão de trabalhadoras/es inconformadas com aquela morte, a policia matou mais doze e feriu outros tantos.

Passado tanto tempo, existe alguma novidade nas freqüentes passeatas, manifestações de rua, aqui mesmo no Brasil, relacionadas com greves, reivindicações salariais, ameaças de desemprego, perda de direitos conquistados a custa de tantas mortes no passado?

A marca permanente desses protestos, por mais que se queira pintar as motivações com outras cores, mais “civilizadas”, mais “pacíficas”, é a da velha e conhecida luta de classes, com o capital de um lado, indisposto a

qualquer concessão subtraída ao seu lucro e o trabalho de outro, indisposto por sua vez a prosseguir sendo explorado injustamente.

O mar de ideologias e conveniências políticas aliadas de um e outro desses lados, as divisões externas e internas presentes neles, ainda são incapazes de esconder o fato de que as tentativas legais de disciplinar a liberdade concentracionista de dinheiro do capital, em defesa da libertação da pobreza e até da miséria presente nas vidas das/os trabalhadoras/es, ainda estão muito longe de conseguir uma partilha equitativa da nossa riqueza, eliminando as causas econômico-políticas da nossa escandalosa desigualdade social.

Luiz Carlos Bresser Pereira deixou muita gente preocupada por ter desvelado e condenado publicamente uma dessas causas, talvez a principal delas. Na entrevista concedida à Zero Hora de domingo passado (edição de 27 de abril disponível na internet), embora mostrando flagrantes erros presentes na política econômica do segundo mandato da Presidenta Dilma, responsáveis, segundo sua opinião, pela crise atualmente vivida no país, Bresser bateu no fígado do capital, à uma pergunta sobre corrupção:

“Os ricos nunca gostaram e temem a democracia”. (…) Eu disse que a classe capitalista teme a democracia, e precisa controlá-la. E como faz isso? Desmoralizando o Estado e o político e comprando o político. E é isso que a classe capitalista faz com essa coisa escandalosa que é o financiamento de campanha por empresas.” (…) Porque a corrupção é inerente ao capitalismo. A lógica do capitalismo é a lógica do lucro, e o critério de êxito é a riqueza.”

Não há necessidade de se transpor uma tal lição para as relações entre o capital e o trabalho, para se provar a razão daquelas mortes acontecidas no passado levarem tantas/os trabalhadoras/es para as ruas no dia 1º de maio. Elas/es não querem a repetição dos efeitos desse lucro sujo, aí denunciado, nem no presente, nem no futuro, como a terceirização do trabalho, por sinal, ameaça impor.

Os males da injustiça social sofrida historicamente pelas/os trabalhadoras/es é certo serão denunciados novamente nesse dia, sem ocultação das suas causas. Mas é certo também estarem elas/es muito menos interessadas/os na pirotécnica dos shows organizados pelas centrais sindicais do que nas propostas a serem discutidas por elas, pelos movimentos populares aliados, no efetivo empoderamento da defesa dos direitos humanos fundamentais sociais conquistados no passado, agora sob risco iminente de violação.

Se alguma festa o lazer de 1º de maio vai garantir, portanto, será a de um abraço entusiasmado de união de todo esse povo, consciente e disposto a não continuar sendo enganado por Estados de direito e democracias aparentes, sufocadas por liberdades econômicas impeditivas de libertação social. Se são graves os efeitos da corrupção política, com justa razão atualmente sob rigorosa investigação no país, a multidão de oprimidas/os por um sistema econômico visceralmente corrupto merece ser defendida com muito maior empenho e rigor, pois além de integrar a causa da primeira, seu efeito mais injusto e perverso se faz sobre a segunda.

Link: https://rsurgente.wordpress.com/2015/04/30/1o-de-maio-uma-data-nada-festiva-este-ano/

Em Foco III

México y América Central frente al imperialismo

Políticamente desconectados de los procesos de integración, recuperación de la soberanía y reconfiguración de los equilibrios de fuerzas que han tenido lugar en América del Sur durante los últimos 15 años, como lo evidenció la reciente Cumbre de las Américas en Panamá –salvo los casos de Nicaragua y El Salvador-, ¿será posible todavía imaginar un futuro diferente, cualitativamente superior, para México y América Central?

Por Andrés Mora Ramírez / AUNA-Costa Rica

Lejos de ser un anacronismo, un desvelo de intelectuales de izquierda *trasnochados* o una pieza de anticuario en el museo de las ciencias sociales latinoamericanas, el imperialismo es un proceso histórico en permanente actualización, intrínsecamente vinculado al desarrollo del capitalismo ya no solo como modo de producción, sino como patrón civilizatorio; y por lo tanto, se expresa en todos los ámbitos de la vida de los pueblos que lo sufren: ese amplio arco que va de la política a la economía, y de la cultura a la ideología.

Desde esta perspectiva, México y América Central, como espacios geográficos y formaciones sociales que han sido objeto privilegiado de los apetitos del "*Norte revuelto y brutal"* –al decir de José Martí-, representan hoy casos dolorosos de la huella del imperialismo estadounidense -durante más de un siglo- y del capitalismo neoliberal sobre la vida de millones de personas y, en especial, sobre nuestra manera de pensar y pensarnos como latinoamericanos.

El ensayista mexicano Gustavo Ogarrio ha propuesto una alegoría, a la que él mismo califica como escatológica, para explicar el impacto que tenido en su país la imposición de la democracia formal –funcional a *los de arriba*- como única vía posible de democratización, y del libre mercado imperialista como horizonte unívoco de las relaciones entre Estado y sociedad, situaciones problemáticas que también se manifiestan con toda su crudeza en los países de América Central. Para Ogarrio, *"después de devorarnos política y culturalmente, el estómago del imperio nos devuelve bañados en los jugos gástricos de la ensoñación, la marginación y la persecución"*. Antes de regurgitarnos, el imperialismo estadounidense devora nuestra soberanía política, nuestros recursos naturales y a cientos de miles de migrantes forzados al exilio económico por hambre y desempleo, que acaso solo pueden alimentar sus ilusiones con la promesa del *american way of life*y el acceso al paraíso del consumo prometido por la cultura de masas.

Tres estrategias combinadas, entrelazadas unas con otras, son claves en el desarrollo del fenómeno imperialista en el siglo XXI: 1) la dominación comercial y productiva impuesta a través de tratados de libre comercio asimétricos, que empobrecieron a millones de campesinos mesoamericanos (solo en México, a lo largo de los 20 años de vigencia del TLCAN, se han perdido 1,9 millones de empleos en el sector agropecuario) y sectores de la clase media, acentuaron la pérdida de soberanía alimentaria y debilitaron los mercados internos y los sistemas productivos nacionales; 2) la implementación de iniciativas de seguridad regional para combatir a los cárteles del narcotráfico y a las bandas del crimen organizado –que se nutren de los capitales estadounidenses y producen para el mercado del norte-, lo que reposicionó militarmente a los Estados Unidos en la región, y le permite proyectarse hacia otros espacios (Suramérica, el Caribe) en función de sus intereses geopolíticos; y finalmente, 3) el establecimiento de *ententes* con las élites gobernantes, a las que ofrecen apoyo político a cambio de su alineamiento con Washington, y alianzas para la prosperidad que solo amplifican los mitos del neoliberalismo, pero poco aportan a las transformaciones estructurales que requieren los pueblos mexicanos y centroamericanos.

La violencia física –ya no solo política o simbólica- con la que el capitalismo neoliberal fortalece su avanzada en la región, al tenor de lo que David Harvey llama *acumulación por desposesión*, va perfilando algunos de los nuevos rasgos del proyecto imperialista en nuestro países. Las desapariciones, masacres y asesinatos colectivos de hombres, mujeres y colectivos que protestan frente el entreguismo de las élites gobernantes (los 43 estudiantes de Ayotzinapa, México, por ejemplo, o la impunidad de los crímenes contra activistas sociales en Honduras); o la represión de los pueblos indígenas que se resisten a la explotación de sus tierras por el capital extranjero y al desplazamiento forzado por el "desarrollo" (Santa Cruz Barillas en Guatemala, o la comarca Ngöbe-Buglé en Panamá), son puntos de inflexión que marcan un ajuste brutal respecto de las formas en que, en adelante, se ejercerá la dominación imperialista.

Políticamente desconectados de los procesos de integración, recuperación de la soberanía y reconfiguración de los equilibrios de fuerzas que han tenido lugar en América del Sur durante los últimos 15 años, como lo evidenció la reciente Cumbre de las Américas en Panamá –salvo los casos de Nicaragua y El Salvador-, ¿será posible todavía imaginar un futuro diferente, cualitativamente superior, para México y América Central? ¿Cuáles serían los caminos a seguir y cuáles nuestras alternativas? ¿Qué función están llamados a cumplir las organizaciones populares, los movimientos sociales, los partidos políticos progresistas, los intelectuales comprometidos con los cambios necesarios y urgentes?

Son preguntas a las que solo la praxis política transformadora, la unidad frente al imperialismo y la audacia para interpretar los problemas de la realidad y construir soluciones que apunte al bienestar de las mayorías, pueden dar respuesta. Por lo pronto, cabe recordar aquí otra idea de Ogarrio, quien también escribió mirando

de reojo a la otra realidad posible que soñamos: *"Atrapados en la ilusión de la servidumbre estratégica, que obtiene beneficios mínimos, podemos recordar también nuestra condición de fantasmas del Tercer Mundo y transformar ese recuerdo en una débil esperanza: seguimos siendo parte de la orilla latinoamericana…"*

Hacia esa orilla debemos remar, desde todos los frentes posibles.

Link: http://connuestraamerica.blogspot.com.br/2015/04/mexico-y-america-central-frente-al.html

Em Foco IV

O "confronto" de Curitiba

Por Luciano Martins Costa em 30/04/2015

A imprensa brasileira descobriu, da pior maneira possível, que existe um estado de tensão entre o governo do Paraná e os servidores públicos do Estado, e que o principal foco dessa situação é o descontentamento dos professores da rede oficial de ensino. A pior maneira de a mídia se relacionar com um fato que tenta inutilmente esconder acontece quando a realidade se manifesta de forma tão intensa que não pode mais ser mantida fora do noticiário.

O evento que obrigou a mídia tradicional a expor aquilo que as redes sociais já vinham denunciando há muito tempo foi a extrema violência com que a polícia paranaense dispersou uma manifestação liderada por professores, contra a proposta de mudança no sistema de financiamento da previdência dos servidores públicos do Estado. Até mesmo o contido apresentador do *Jornal Nacional,* o telejornal de maior audiência do País, ainda ensaiando o novo estilo coloquial do programa, teve que se render à evidência das imagens.

Ainda assim, os jornais de circulação nacional parecem ter combinado suas manchetes e amanhecem nesta quinta-feira (30/4) falando em "confronto". Não, senhores editores. Não houve "confronto" entre manifestantes e policiais em Curitiba. O que houve foi uma carga militar, planejada pelo comando da PM, com autorização do governador, contra professores e outros funcionários públicos, transeuntes, curiosos e até contra pais e mães que haviam sido chamados a recolher seus filhos numa escola infantil.

O número de feridos passa das duas centenas, e o total apresentado pelos jornais é subestimado, pelo simples fato de que muitos dos atingidos por balas de borracha, golpes de cassetete e fragmentos de bombas de efeito moral preferiram ir para suas casas ou se reunir na sede de entidades sindicais após o ataque. Apesar da evidente tentativa de relativizar a violência policial nos títulos e destaques das reportagens, as narrativas dos jornais não podem esconder que a responsabilidade pela ação violenta é do governador, e as últimas notícias dão conta de que o risco político de uma desaprovação geral pode causar a demissão do secretário da Segurança Pública ou do comandante da Polícia Militar.

O "curitibaço" e a Cracolândia

Também houve um distúrbio em São Paulo na mesma data, durante ação de cadastramento de usuários de drogas que se reúnem no local conhecido como Cracolândia.

Os dois principais jornais paulistas destacam os dois eventos na primeira página, sendo que a*Folha de S. Paul*o usa imagens de Curitiba e de São Paulo para ilustrar sua fachada. No entanto, são dois contextos absolutamente distintos, e a única ligação entre eles – uma operação policial – nem de longe pode ser considerada como uma circunstância comum.

Em São Paulo, uma atividade corriqueira que tenta resgatar viciados das ruas oferecendo-lhes treinamento e trabalhos remunerados de zeladoria, descambou para o descontrole quando, durante uma ação para retirar barracas e limpar as calçadas, um estrondo de origem não identificada provocou uma correria. Policiais que patrulham a região foram atacados por um grupo de drogados e um deles disparou para o chão. Fragmentos do projétil feriram dois moradores de rua. A tropa de choque foi chamada a intervir para conter o tumulto que se seguiu.

A operação "De Braços Abertos", realizada pela prefeitura de São Paulo com apoio da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana, enfrenta a resistência de traficantes, que ameaçam os servidores públicos, e, eventualmente, sofre a oposição de autoridades policiais que não acreditam na eficiência do programa. O estado de tensão na região é permanente, como foi relatado por este observador no dia 30 de março (ver *aqui*), após uma visita à Cracolândia e conversas com funcionários que atuam na área de saúde pública.
Os incidentes de Curitiba são de outra natureza, e refletem a incapacidade do governo do Paraná de lidar com o direito dos professores e outros servidores públicos de levar às ruas seu descontentamento com o salário e outras questões de seu contrato com o Estado. Por trás desse desentendimento ruge o radicalismo político insuflado pela mídia diariamente.

Também os professores da rede estadual de ensino de São Paulo realizam uma greve parcial há 45 dias. No caso paulista, a versão oficial, que desconhece o movimento (ver *aqui*), é desmentida por uma sucessão de atos públicos na região metropolitana da capital e em cidades do interior. O leitor de jornais só conhece essa versão oficial.
Até que haja um… "confronto".

Link: http://observatoriodaimprensa.com.br/radio/o-confronto-de-curitiba/

Em Foco V

O contexto internacional e as ameaças ao Brasil e à América Latina

A crise brasileira segue uma dinâmica nacional clara, mas faz parte de uma investida contra o ciclo progressista latino

Por: Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais

Ricardo Alemão Abreu

Os processos históricos nacionais, sobretudo de países do porte do Brasil, estão cada vez mais imbricados com uma realidade mundial marcada por lutas para que se alterem suas relações de poder e pela dominância da lógica financeira, rentista, no âmbito de uma economia interligada e crescentemente globalizada. Assim, a luta política em curso no Brasil só pode ser compreendida em sua totalidade, situando o Brasil, a América Latina, e mesmo os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), no contexto de um mundo regido por uma crise estrutural e sistêmica do capitalismo que se estende para seu oitavo ano, denominada a "grande recessão".

Em todo o globo os trabalhadores e os povos resistem à dominação da oligarquia financeira e das forças pró-imperialistas. O mundo também se encontra envolto por uma luta que envolve países e blocos de países da qual resultará o desfecho da atual transição em curso no mundo. O imperialismo estadunidense que há muito descreve uma trajetória de declínio relativo, manobra no sentido de tentar contrariar essa tendência e busca relançar sua hegemonia. Nesse sentido, ganha destaque na situação internacional uma ação das potências imperialistas, lideradas pelos EUA, para conter e agredir qualquer país que contrarie seus interesses.
A aliança EUA-União Europeia-OTAN atua para cindir os países Brics, seja cooptando-os – como buscam os EUA em relação à Índia –, seja agindo para tentar neutralizar e agredir países, como no caso do Brasil e da

Rússia, do Irã, da Síria, e de muitos países da América Latina e Caribe, destacadamente Cuba, Venezuela e Argentina, submetidos a forte pressão econômica com expressivo componente exógeno, e a operações de "mudança de regime" e de guerra midiática. Ou até constrangendo diretamente por meio militares.

Afinal, os Brics têm agido diretamente no sentido de acelerar a transição nas relações de poder no mundo em direção à multipolarização. A recente Cúpula dos Brics em Fortaleza (julho de 2014) foi marca importante desse movimento, ao definir a constituição de meios para aprofundar a mudança na ordem econômica internacional, ao constituir um Banco de desenvolvimento e um Fundo de reservas para proteger as economias nacionais.

Na esfera da correlação de forças entre os campos políticos, pode-se afirmar que a crise, apesar de pôr a nu os limites históricos do capitalismo, e a despeito da luta e resistência dos povos, fortalece em plano mundial as forças conservadoras e reacionárias. São alvo desta "geopolítica da contenção" os Brics, e muito especialmente a China, e países como Rússia, Irã, além de vários países da América Latina. A intervenção aberta da Otan nos conflitos da Ucrânia, e as sanções econômicas dos Estados Unidos e da União Europeia contra a Rússia constituem um verdadeiro cerco visando "estrangulá-la", que objetivamente busca debilitar um dos principais vértices dos Brics.

O Brasil é atingido, em pelo menos dois movimentos reativos da Casa Branca: ações para enfraquecer as articulações dos Brics em termos de criar um novo arranjo de cooperação entre grandes nações em desenvolvimento e por uma nova ordem mundial, e a interveniência em países da América Latina para tentar derrotar o ciclo progressista, popular e patriótico, iniciado em 1998 com a vitória de Hugo Chávez na Venezuela e reforçado com a vitória de Luiz Inácio da Silva no Brasil, em 2002, e mais os êxitos no Uruguai, Bolívia, Argentina, Equador, Nicarágua, El Salvador, dentre outros.

Desde o final de 2013 as forças de esquerda e progressistas venceram as eleições presidenciais no Chile, em El Salvador, na Bolívia, no Brasil e no Uruguai. Essas vitórias políticas e o avanço do processo de integração continental propiciaram melhores condições para as lutas dos povos latino-americanos e caribenhos. É o caso das vitórias recentes de Cuba, com o retorno dos 5 heróis a Havana e o anúncio das negociações para normalizar as relações Cuba-EUA, após Barack Obama reconhecer o fracasso da tática de bloqueio econômico. E também é o caso do avanço recente das negociações de paz na Colômbia, entre as forças insurgentes e o governo.

Na América Latina e Caribe há uma escalada da direita e do imperialismo para tentar por um fim aos governos de esquerda e progressistas da região. Utilizam variados meios e novas e velhas táticas como a guerra midiática, a guerra econômica, a judicialização da política, os intentos de golpe de estado, as ameaças de agressão militar, o apoio e o financiamento externo da oposição, entre outros, para tentar lograr as "mudanças de regime" que almejam.

Note-se que três dos principais países da América do Sul, Argentina, Brasil, Venezuela, passam por situações políticas críticas e são alvos dessa investida neste momento. Cada um com singularidades, mas tendo em comum a forte influência de fatores externos. Na Argentina tentam judicializar a política com uma armação contra a presidenta Cristina Kirchner. Em relação à Venezuela bolivariana, o que se vê é um cerco brutal midiático, político e econômico que pode se agravar agora com novas sanções com a caracterização que o governo dos EUA faz da Venezuela como uma "extraordinária ameaça à segurança nacional e à política exterior dos Estados Unidos".

No caso brasileiro, essa interferência do imperialismo ganhou visibilidade na espionagem da CIA em instituições e empresas do governo brasileiro, reveladas em 2013 – o que levou a presidenta Dilma a cancelar uma viagem oficial já marcada a Washington. Na campanha sucessória de 2014, organismos multilaterais hegemonizados pelos Estados Unidos, como é o caso do Fundo Monetário Internacional (FMI), e veículos da grande mídia, porta-vozes da oligarquia financeira, como é caso da revista britânica *The Economist*, se imiscuíram indevidamente no debate eleitoral em favor do candidatado tucano. Neste início de 2015, proliferam análises nos principais meios de comunicação globais, como *The Economist*,*Financial Times* ou *Time*, colocando o Brasil no alvo e até mesmo fazendo ilações sobre a interrupção do mandato da presidenta Dilma.

Em suma, a tentativa de desestabilização do governo Dilma, embora siga uma dinâmica muito própria da luta de classes no país, como será analisado adiante, faz parte, inegavelmente, de uma investida mais ampla do imperialismo para tentar derrotar o ciclo progressista já em vigor há mais de 16 anos na América no Sul.
Seria ingenuidade imaginar que o Brasil, um dos grandes países das Américas, não enfrentaria as reações da direita local e do imperialismo, que se opõem à estratégia de fortalecer a integração latino-americana, a exemplo do Mercado Comum do Sul (Mercosul), União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac); e de se aliar com outras nações em prol de uma nova ordem mundial, com os Brics e outras iniciativas. O imperialismo atua com ações próprias e prestando apoio aos setores mais poderosos das classes dominantes locais para tentar derrotar o ciclo dos governos Lula e Dilma.

A disputa política em torno dos rumos da América Latina e do Caribe, sobretudo da América do Sul, está sem desfecho certo e é cada vez mais acirrada. Cabe às forças populares e aos governos de esquerda e progressistas da região resistir à intensificação das pressões e agressões da direita e do imperialismo, defender a soberania da região e o princípio da América Latina como Zona de Paz (aprovada na Cúpula da Celac em Havana, Cuba, em janeiro de 2014), derrotar os intentos de golpe de estado e as ameaças de intervenção militar dos EUA, continuar vencendo as eleições e promovendo as reformas democráticas, e combater a crise econômica para garantir o desenvolvimento econômico e social.

Diante da crise capitalista mundial e dessas ameaças, é necessário aprofundar e acelerar o processo de integração solidária da América Latina e Caribe. Também é necessário impulsionar a unidade das forças populares na região e as ações de solidariedade internacional.

Link: http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/o-contexto-internacional-e-as-ameacas-ao-brasil-e-a-america-latina-5403.html

Espaço Aberto I

Adolescentes e sistema punito: um estudo sobre as armadilhas das medidas socieducativas", por Fabiana Schmidt

Fabiana Schmidt

> *"(...) a classe trabalhadora precisa de uma teoria que possa convencer a multidão dos explorados de que a superação da exploração é possível, porquanto permitirá construir formas de sociabilidade que beneficie a toda a humanidade e não apenas uma pequena parte dela. Por isso, o papel das ideias na luta social é de enorme importância". Ivo Tonet*

Objetiva-se neste breve ensaio apontar algumas reflexões que fazem parte do processo em construção de pesquisa sobre adolescentes pobres que cumprem medidas socioeducativas (MSE)e a histórica lógica punitiva que permeia teorias e práticas na atuação com estes sujeitos. Em um momento em que a sociedade brasileira discute novamente a redução da maioridade penal para adolescentes de forma conservadora eviolenta de fundo meramente punitivo e seletivo,realidade que não é nova no Brasil, esta disputa de segmentos da sociedade pela redução ou não damaioridade penal é só uma ponta do "iceberg" de todo um contexto de violações na área da criança e do adolescente. A perspectiva ideológica da criminalização aos pobres perpetua-se como um sistema penal juvenil pela via do discurso da socioeducação, onde a gestão da pobreza se articula com a penalidade através de discursos de "ressocializar" estes jovens para "conviver" em sociedade. Dentro desta questão a perspectiva de classe social é encoberta, e as Medidas Socioeducativas, travestidas de defesa de direitos, expressam uma opção política a favor do capital. Demonstram ainda práticas arcaicas através do castigo do corpo, contribuindo para a perspectiva do controle social da pobreza. A proposta é pensar como os discursos e práticas com intencionalidades pedagógicas pelo viés da "reeducação", a partir da lógica punitiva, encobrem mecanismos alienantes e de dominação da população pobre que cumpre MSE. A perspectiva então é de desacomodar o senso comum e o pragmatismo tão comum nas práticas com adolescentes em "conflito com a lei" e nos discursos criminológicos, nos marcos da garantia

de direitos preconizados pela Constituição de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, aprovado em 1990, e também com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, aprovado em 2012.Neste sentido a ideia éapontar algumas reflexões sobre o papel do Estado em seus movimentos contraditórios ao enfrentar a "questão social", e na construção de consensos e cultura política, sendo central para o movimento do capital.

Neste sentido, na busca de desvelara sociedade a qual vivemos cabe o conhecimento do Estado do qual esta é parte constitutiva (a sociedade funda o Estado), (IANNI, 2004). O Estado é um mediador das relações sociais, participando ativamente do processo de acumulação capitalista bem como no conflito entre diferentes classes sociais. Mandel refere sobre as principais funções do Estado burguês que são:
criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante; reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, da policia, do sistema judiciário e penitenciário; integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em conseqüência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é "dos males o menor (1982 : 333).

No Brasil o Estado ao longo de sua história se reproduziu como mediador das relações sociais, em alguns momentos de forma mais intensa, e em outros de forma mais periférica, em consonância com grandes proprietários de terras, industriais, detentores do capital, ou seja, a intervenção estatal brasileira desenvolveu-se no âmbito social e político, mas também fortemente no âmbito econômico. Porém o que nos interessa aqui nesta reflexão é sobre a intervenção estatal nos momentos de crise (revela mais o conteúdo político e social) na sociedade brasileira, onde o Estado e se apresenta "de maneira mais visível e ampla nas épocas críticas. É assim no período de transformações simultâneas e às vezes velozes que ocorrem no Brasil (...)." (Ianni, 2004:49), tendo impactos para as políticas sociais.

O Estado brasileiro em seus momentos de transformações media conflitos e cria políticas no sentido da manutenção da "ordem" para a permanência do poder dominante, pois em "(...) face de situações críticas, é levado a exercer atividades destinadas a eliminar focos de crise ou levá-la a desenvolvimentos ordenados. O status quo não suporta comoções violentas (Ianni, 2004:50)". E no que se refere à política para crianças e adolescentes ao longo da história não foi diferente. Na contemporaneidade a aprovação da Constituição Federal em 1988, sendo um marco da redemocratização do País, carrega em partes estes processos históricos, "sofre" influência de uma formação social, política e econômica (FLORESTAN: 1987, IANNI: 2004, e 1966), ao qual não rompeu com os interesses dos grupos e classes dominantes e acirra-se a criminalização e violações de direitos na lógica contemporânea. No caso brasileiro, pelas suas características e peso histórico de suas contradições, "o 'moderno' se constrói por meio do 'arcaico', recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes, e ao mesmo tempo, transformá-las, no contexto de mundialização do capital sob hegemonia financeira" (Iamamoto, 2007:128).

Sobre as práticas com adolescenteso momento atual possui antecedentes, pois com a proclamação da primeira República esperava-se um regime político democrático orientado para dar garantias ao indivíduo numa sociedade de território amplo e de fartura em recursos naturais. Porém veio um século em que muitas crianças e jovens experimentaram crueldades inimagináveis. Iniciando - se a gestão das crianças e adolescentes pobres pela via Estatal através de difusões de ideologias que referendavam desde então a criminalização aos pobres, como: "família desestruturada", "crianças delinquentes", "reabilitação de crianças e jovens". Desta forma, a busca por uma "integração" dos indivíduos na sociedade, desde a infância, passou a ser tarefa do Estado "(...) por meio de políticas sociais especiais destinadas às crianças e adolescentes provenientes de famílias desestruturadas, com o intuito de reduzir a delinqüência e a criminalidade". (Passeti, apud Priore 2004: 348).

Rizzini (2011) também resgata alguns elementos imprescindíveis para a compreensão da questão da criança no Brasil, as tais raízes históricas das políticas para infância no Brasil. Segundo ela, a partir do final do séc. XIX foi cultuada uma ideologia de (re) formar o Brasil que tinha na figura da criança como elemento que simbolizava o futuro do país. Esse percurso delimita a dicotomia que vai basilar o tratamento da questão da infância pobre no Brasil: o abandono ('material e moralmente abandonada') e a delinquência ('que deve ser afastada do caminho que conduz às escolas do crime'). Sob o viés ambivalente de defesa da sociedade e da criança, as autoridades da época definiam as metas para infância através de quatro ordens de funções: prevenção (vigiar a criança evitando sua degeneração), educação (moldar a criança pobre para a disciplina do

bem-viver dos hábitos do trabalho), recuperação (reabilitar o menor vicioso retirando-o da criminalidade e reabilitando ao trabalho) e repressão (conter através da força o menor delinquente a fim de evitar danos à sociedade). (Id., p.26). A autora também refere quea história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil também repercute nos dias de hoje. Os documentos históricos sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX demonstram que já neste período as crianças nascidas em situação de pobreza eram encaminhadas para grandes instituições administradas pelo Estado, através da denominação “abandonadas”. Com a aprovação do ECA, esta realidade sofreu mudanças na história recente, porém o a realidade atual tem demonstrado práticas marcadas por este passado. (Rizzini, 2004). Observa-se que a histórica criminalização aos pobres no Brasil se perpetua nos dias de hoje pela via do Estado, porém através de consensos de grande parte da sociedade, ou seja, na cultura política brasileira há traços do passado com novas ressignificações. Dessa forma, o Estado na contemporaneidade, pela via de políticas neoliberais coloca o sistema penal no centro da arena política, “(...) conjugando o sistema penal com novas tecnologias de controle, de vigilância, de constituição de bairros pobres do mundo em campos de concentração” (Batista, 2011:24), denominado pela autora e outros importantes teóricos da criminologia crítica de “o grande encarceramento”, “onda punitiva”. Através de modernas tecnologias de controle e contraditoriamente arcaicas formas de punição, como as prisões, a violência policial ao qual produz números cada vez maiores nas estatísticas de extermínio de jovens pobres e negros, e no caso das medidas sócioeducativas (ECA), aumento do encarceramento na lógica do castigo, violência institucional, disciplinamento e privação dos corpos.

Conclui-se então, que se faz necessário à busca de estratégias coletivas aliadas à classe trabalhadora e seus filhos, que vivenciam no cotidiano a amargura das expressões do modo de produção. Pois se a “barbárie é a perspectiva real e imediata, o socialismo é uma alternativa possível – e o possível é também constitutivo do real, tem raízes na realidade. O estoque de conhecimentos e a massa crítica acumulados não são puro instrumentos da dominação do capital (...)” (Netto, 2013:44) são também instrumentos para sua superação. Neste sentido a produção de conhecimento crítico sobre a realidade contemporânea se torna não só fundamental como obrigatória!

Palavras chave: Estado, adolescentes, medidas socioeducativas, criminalização.

Referencias bibliográficas:

BATISTA, Vera Malaguti, Introdução crítica à criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2011

BRASILSINASE, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Lei 12.594, 2006.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90, Ministério da Justiça, 1988.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Octavio. Estado e Capitalismo. Editora Brasiliense. São Paulo: 2004.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5º Ed. São Paulo: Globo, 2005.

NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. In. O social em perspectiva políticas, trabalho, serviço social/ organizadoras: Gilmaisa M. Costa, Reivan Souza – Maceió: EDUFAL, 2013.

PRIORE, Mary Del Priore. História das crianças no Brasil. 4º edição São Paulo: Contexto, 2004.

RIZZINI, Irene, Irma. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Ed. PUC/RJ; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas parainfância no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

Espaço Aberto II

Manifestações de março e abril de 2015: a encruzilhada da democracia?!

Fabyane Soares

"Todos estão aterrorizados, mas não sabem com o que!"

Mauro Iasi.

Esse breve ensaio visa iniciar o debate cotidianamente necessário acerca da cultura política brasileira e seus rumos em tempo de barbárie, deixando claro que trazemos reflexões que não se encerram aqui e nem em si. Milhares de pessoas voltaram às ruas no mês de março de 2015.Não da mesma forma que no ano de 2013, período pré-eleitoral. As "Jornadas de Junho" em 2013 evidenciaram no Brasil as maiores manifestações desde o período da redemocratização brasileira. Não víamos pedidos de impeachment ou partidos políticos (da oposição ou da situação) ocupar as ruas, pelo contrário presenciamos cartazes e gritos contra partidos. Tais posturas elucidavam, levando em conta nossa percepção e resultados da pesquisa, questionamentos da juventude nas ruas aos atuais governos brasileiros, trazendo a tona o debate sobre o desgaste do regime e dos partidos políticos, crise de representação e da cultura política brasileira.

No inicio de 2014 vivenciamos o chamado "Maio Operário", diversas greves ocorreram em todo país, sobretudo dos trabalhadores do setor de serviços. Os trabalhadores adotaram estratégias e gritos de junho de 2013, conquistando vitórias contra os governos e sindicatos. Tivemos a tão aguardada Copa do Mundo Fifa e nas eleições a velha polarização partidária brasileira, PSDB x PT. Muitos que estiveram nas ruas em 2013 e também os que não estiveram, se colocavam a "fazer a mudança nas urnas" contra a continuidade do atual governo federal o qual consideravam um retrocesso para o país. Em contrapartida, não era visto alternativas à esquerda, projetos contra hegemônicos ao da classe dominante e a direita e o discurso conservador se sobrepõe nessa falência de representatividade política.

Tendo como base a análise da conjuntura política nacional e internacional, "atribuir à burguesia as críticas ao discurso presidencial, o PT cometeu um erro de cálculo. Nem os milhares que foram às ruas em 2013, nem os milhões que votaram em outros candidatos (ou sequer votaram, caso de 28 milhões de eleitores) em 2014 se enquadram nessa categoria. Convocadas pelas redes sociais, as manifestações dos últimos três anos não foram monopólio de partidos ou grupos de interesse; tampouco foram homogêneas em termos de classes sociais"[3].

Em março e abril de 2015, foram convocados atos em defesa da Petrobras, dos direitos e da reforma política. Da mesma forma, centenas de milhares saíram às ruas em diversas capitais do Brasil para protestar pelo impeachment, contra o governo, o PT e a corrupção, explicitamente nenhum destes atos defendia os interesses populares. "O signo do protesto de 15 de março era fácil de reconhecer: não era um "Fora PT" vindo das massas trabalhadoras, embora também estejam muito descontentes com o governo, mas majoritariamente da classe média, hegemonizada pelo sentido político dado pelo seusconvocantes ocultos, sobretudo o PSDB e a enorme influência da grande mídia, como a Globo - ainda que tenha extrapolado bastante ao "controle" desses agentes." Embasados em afirmações de que vivemos em uma "ditadura comunista" esses setores pediam intervenção militar e fechamento do congresso nacional, isso num país que possui uma democracia ainda muito recente, num continente com um longo histórico de golpes e ditaduras militares, caímos na recorrente polarização da cultura política brasileira: democracia x ditadura.

Através destas reflexões e do significado desses atos, nos é colocada questões e a necessidade de respostas políticasem busca do aprofundamento da democracia e do entendimento da mesma, além de construção e consolidação contra hegemônica dos trabalhadores.A sociedade civil se questiona sobre a função social e de classe dos partidos em cena, das entidades trabalhistas e estudantis e da falência das ideias de reforma ou revolucionárias, seria necessário um outro mecanismo?! Há essa possibilidade?!

O que concluímos parcialmente, é que vivemos numa conjuntura de avanços e entraves políticos: avanços no que diz respeito a ter o retorno de manifestações nas ruas e greves dos trabalhadores com ou sem representações e entraves levando em conta essa crise representativa, polarização e personificação da política brasileira, nos colocando como afirmo no início deste artigo, a necessidade cotidiana de elucidar visando à modificação da cultura política em nosso país.

Palavras-chave: cultura política brasileira, manifestações, 2015, conjuntura, democracia.

Referencias bibliográficas:

[1]SITCOVSKY, Marcelo. Dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores: pós-neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, transferência de renda e hegemonia. In: Revista Praia Vermelha Estudos de Política e Teoria social, v 23 n. 1, Ed UFRJ, Jan/Jun 2013. pp 117-141.

[2]IASI, Mauro Luis. O Marxismo diante de um novo século. In: Revista Praia Vermelha Estudos de Política e Teoria social, v 23 n. 2, Ed UFRJ, jul/dez 2013. pp 331-356.

[3]P. DA S. GAMA. Carlos Frederico. As manifestações de 2015 e a democracia no Brasil. Acessado em 30/03/2015: http://www.sidneyrezende.com/noticia/246846+artigo+nos+idos+de+marco+o+rei+esta+nu

Acessado em 30/03/2015: http://www.palavraoperaria.org/Os-atos-do-dia-15-e-a-necessidade-de-uma-resposta-independente

Acessado em 30/03/2015: http://www.palavraoperaria.org/Atos-do-PT-e-da-CUT-em-defesa-de-Dilma-apresentam-programa-amplo-para-aglutinar-apoios
Acessado em 30/03/2015:http://www.palavraoperaria.org/Muito-ajuste-muito-desgaste-politico-e-menos-impeachment
Acessado em 30/03/2015:http://www.palavraoperaria.org/Nem-com-Dilma-nem-com-a-direita-Pela-mobilizacao-contra-os-ajustes

Agenda Acadêmica

VI Seminário Nacional Sociologia & Política: "Releituras Contemporâneas: o Brasil na Perspectiva das Ciências Sociais"

Data: 20 a 22 de maio de 2015
Local: Curitiba (PR)
Link: http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/programacao/

O **Seminário Nacional Sociologia & Política** é um evento de atualização técnico-científica da área de Ciências Sociais, criado em Curitiba-PR no ano de 2009. Ele é organizado por uma equipe de professores e alunos dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Ciência Política da UFPR (Universidade Federal do Paraná).
As inscrições no evento, as submissões, o acompanhamento do andamento da avaliação dos resumos e o envio dos trabalhos completos serão realizados pelos Sistemas de Submissão e de Inscrição do evento.

Prazos:

Submissão de resumos (para pôster e apresentações orais): 07/11/2014 a 09/02/2015.
Divulgação dos Resultados (Resumos Aprovados): 09/03/2015.

Submissão de trabalhos finais (Apresentação Oral e Pôsteres): 10/04/2015.
Prazo para informar desistência: 17/04/2015.
Realização do evento: 20 a 22/05/2015.

VII Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)

Data: 25 a 28 de agosto de 2015,
Local: Cidade Universitária da UFMA
Link: http://www.joinpp.ufma.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=17&lang=br

A Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) tem o propósito estratégico de estimular a produção de conhecimento, a formação de recursos humanos e favorecer a troca de experiências entre instituições e pesquisadores, em âmbito nacional e internacional.

Em 2015 realizar-se-á a VII JOINPP, cujo tema é "PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL: experiências e antecipações concretas". Tema que conduz a pensar e agir Para além da grande crise atual, como tarefa herdada do socialismo científico, erige-se a possibilidade de retomada de utopias concretas, relativas aos sonhos acordados e tentativas emancipatórias dos proletários.

A grande crise global atinge as economias capitalistas, tanto no centro sob a primazia do capital-propriedade e a desvalorização do capital ativo, quanto na periferia reprimarizada, em que se desenvolve a vulnerabilidade externa e a desindustrialização.

Lançamentos

MAZZEO, Antonio Carlos. Estado e burguesia no Brasil Origens da autocracia burguesa. São Paulo, Editora Boitempo, 2015.

Em *Estado e burguesia no Brasil*, o sociólogo Antonio Carlos Mazzeo faz uma reflexão sobre a formação econômico-social brasileira, desde sua colonização até o fim do século XX, acentuando a peculiaridade funcional da nossa burguesia. Mazzeo traça um amplo panorama que compreende o diálogo com prestigiados estudiosos da história brasileira, como Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, e os processos políticos que nosso país viveu ao longo do século XX, em especial no pós-1930, incluindo o golpe de 1964 e seus desdobramentos.

O livro é composto por cinco partes, incluindo um estudo da transição do feudalismo ao capitalismo na Europa, as mudanças daí decorrentes no sistema econômico e como esse processo afetou a lógica colonizadora dos países europeus e, consequentemente, os países colonizados. O capitalismo na América, o reformismo conservador no Brasil e questões acerca do Estado nacional e seu desenvolvimento também são temas comuns ao longo da obra.

Estado e burguesia no Brasil recupera a clássica impostação crítico-dialética para oferecer uma inovadora síntese das "raízes do Brasil" contemporâneo. Através da crítica marxista, Mazzeo debate a história do povo brasileiro transcendendo os muros da academia e dando uma crucial contribuição ao debate sociopolítico e econômico do país.

"Esta obra de Antonio Carlos Mazzeo revela o estudioso interessado em investigar com zelo e refinamento a gênese sócio-histórica da autocracia. Envolvendo-se em assuntos tidos como resolvidos e acabados, ou ao menos já investigados e divulgados, nem por isso deixa de mostrar caminhos para novas reflexões, afastando os enganos e as deformações interpretativas", afirma o sociólogo Evaldo Amaro Vieira.

José Paulo Netto, professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, escreve na Apresentação que Estado e burguesia no Brasil expõe “um breve trato teórico-categorial de instrumentos heurísticos do marxismo e uma arguta polêmica com estudiosos qualificados da dinâmica capitalista na conjuntura de sua gênese como sistema mundializado, com o foco na articulação das emergentes sociedades americanas e brasileira àquela dinâmica”.

[A partir da Apresentação de José Paulo Netto e do texto de orelha de Evaldo Amaro Vieira]

LOWI, Michael. Ideologias e Ciência Social – elementos para uma análise marxista. São Paulo, 20ª edição, Cortez Editora, 2015. (Reedição, revista e ampliada)

Ideologias e Ciência Social - elementos para uma análise marxista resultou de um ciclo de conferências realizadas pelo autor no Brasil em junho de 1985. Aborda algumas observações gerais sobre o conceito de ideologia, sobre o que seria uma análise dialética de ideologia e como se poderia relacionar ideologia, ou utopia, com a prática política e social. Analisa ainda a relação entre a ideologia e o conhecimento, começando por uma discussão sobre o positivismo, em seguida, sobre o historicismo e sobre o marxismo. O texto apresenta um cunho didático e simplificado, sem um rigor necessariamente científico.

Expediente

Reitor
Prof. Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Prof. Paulo Roberto Volpato Dias
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Léo da Rocha Ferreira
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire

Editoras Responsáveis
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Dra. Andreia de Souza de Carvalho
Coordenação de Produção
Andreia de Souza Carvalho
(PROEALC/CCS/UERJ)
Maria José Martins da Silva
(PROEALC/CCS/UERJ)
Colaboradores
Fabiana Schmidt (PPGSS/PROEALC)
Fabyana Soares (PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação
Andreia de Souza Carvalho
(PROEALC/CCS/UERJ)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.